

IMPARCIALIDADE? SINTAXE E SEMÂNTICA DOS ADJETIVOS NAS CAPAS DA REVISTA VEJA ANTES DA ABERTURA DO PROCESSO DE IMPEACHMENT

Heloana Cardoso Retondar (Uerj/Sesi)¹

Resumo: A mídia brasileira não assume posição política expressa, dizendo-se imparcial. Neste artigo, atesta-se, pelas escolhas linguísticas, não apenas sua tomada de posição, mas também sua intenção persuasiva. Aos adjetivos das capas da revista “Veja” de janeiro a agosto de 2015 (período que antecedeu a abertura do processo de *impeachment*) aplicou-se análise sintático-semântica (COHEN, 1976; FONSECA, 1993; NEGRÃO, MÜLLER, 2014) a fim de avaliar quatro possibilidades expressivas que contribuem gradativamente na manifestação subjetiva: (i) adjetivos adnominais argumentais e predicadores de núcleo; (ii) epíteto anteposto e posposto; (iii) adjetivo predicativo; e (iv) neologismo.

Palavras-chave: Adjetivo; Sintaxe; Semântica; Revista Veja

No Brasil, salvo poucos casos, tradicionalmente, a mídia não assume expressamente posição política. Nota-se, contudo, um partidarismo velado, mascarado de compromisso com a imparcialidade. Sob a ótica social, tal postura é considerada desonesta com o leitor.

Entre as classes abertas do português, o adjetivo apresenta maior grau de subjetividade e chega a ser condenado por alguns manuais de redação. Não é, contudo, a opção da revista *Veja*. Suas capas, recheadas de adjuntos adnominais abrem campo para discussão do papel dos adjetivos ao noticiar fatos.


Partindo do pressuposto de que a análise das escolhas linguísticas, em especial a classe dos adjetivos, permite compreender melhor a posição política e o jogo persuasivo impresso, apresenta-se o objetivo deste artigo: proceder uma análise sintático-semântica nas capas da revista *Veja* de janeiro a agosto de 2015 (período que antecedeu a abertura do processo de *impeachment*). Foi separada uma edição de cada mês, totalizando oito capas.

Serão estudadas quatro possibilidades expressivas do adjetivo: adjetivos adnominais argumentais e predicadores de núcleo; epíteto anteposto e posposto; neologismo; e adjetivo predicativo.

Breve contexto dos fatos

Dilma Vana Rousseff, economista, governou o país de janeiro de 2011 até seu afastamento em maio de 2016, ano do *impeachment*. Foi a primeira mulher eleita para o cargo no Brasil. Após ter sido reeleita, em 2014, com menos de um ano de governo, o

¹ Doutoranda em Letras – Língua Portuguesa/Ensino (Uerj), docente na Escola Sesi, contato: hretondar@gmail.com.br



presidente da Câmara (Eduardo Cunha) acolheu um dos pedidos de *impeachment*, procedendo, meses depois, a deposição da presidente do cargo.

Ao longo do primeiro e único ano completo do segundo mandato (2015), os meios de comunicação noticiavam com veemência os problemas ligados a seu governo. De janeiro a agosto, observou-se mais atentamente as chamadas de capa da Revista *Veja*. Em sua maioria, as capas destacavam aspectos de corrupção e má administração pública da chefe de estado e do seu partido.

Chamou a atenção na revista a maneira como as capas foram veiculadas: não parecia haver preocupação com a isenção de juízo, contrariando recomendações da própria imprensa. O manual da folha de São Paulo, por exemplo, recomenda que, ao lançar mão do adjetivo, se restrinja a selecionar aqueles que tornem mais preciso o sentido do substantivo. Recomenda ainda usar com sobriedade o adjetivo mesmo nos textos em que há maior liberdade, como editoriais, comentários, críticas e artigos, uma vez que a opinião deve ser apoiada em fatos.


Para Valente (2011), o discurso jornalístico busca não apenas informar, em termos aristotélicos, também procuram convencer e/ou persuadir no que se refere ao campo da argumentação. O convencimento depende da razão, de argumentos, de provas; a persuasão apoia-se na emoção do outro, busca mudar a atitude do interlocutor. Apoiado em estudos de Abreu (1999) e de Perleman & Olbrechts (2005), Valente argumenta que persuadir é mais do que convencer, pois quando convenço o outro “mudo o seu pensamento; ao persuadir, levo-o a alterar sua prática” (p. 52).

Adjetivos

As gramáticas tradicionais costumam explorar o adjetivo sob a perspectiva morfossintática; as escolares, definem-no pelo critério semântico. Há, em português, quatro classes abertas: substantivo, verbo, advérbio e adjetivo. Destas, o adjetivo é a que apresenta maior índice de subjetividade.

Negrão & Müller *et al.* (2014) afirmam que para definir determinado item lexical como pertencente a determinada classe gramatical é preciso observar as propriedades que caracterizam essa classe. Os autores analisam os adjetivos, enumerando suas propriedades de natureza distribucional ou semântica.

O que caracteriza o adjetivo do ponto de vista gramatical? Dois fatores: subordinação e posição. Ele é o termo regido, ou subordinado. Suas flexões de gênero e



número dependem do substantivo regente com o qual se relaciona. O fator posicional exerce um papel determinante, sua posição habitual é à direita do substantivo, podendo haver uma adjetivação parcial do substantivo (o vestido rosa) ou uma substantivação parcial do adjetivo (os loiros cabelos) (COHEN, 1976). Sobre a inversão de posição entre substantivos e adjetivos, Cohen explica que o efeito estilístico originado reside sobretudo no caráter inabitual do uso, tal efeito não pode ser justificado pela pura inversão.

Dos adjetivos selecionados para este estudo, apenas um não se apresenta no mesmo sintagma do substantivo com que se relaciona, por essa razão, dar-se-á mais destaque à atribuição, ou a ausência de nexos verbais entre os constituintes.

Conforme Negrão & Muller *et al.* (2004), os adjetivos adnominais dividem-se em duas classes: argumentais e predicadores de núcleo. Como distingui-los? A orientação é olhar atentamente “para a relação entre o adjetivo e o substantivo que nucleia o sintagma do qual o adjetivo faz parte, perguntando qual das duas palavras impõe restrições selecionadas ou temáticas e qual as satisfaz” (p. 246).

Como os próprios autores admitem a dificuldade na distinção entre adjetivos em justaposição imediata ao substantivo, optou-se pelo estudo semântico de Fonseca (1993): “a função semântica de restrição/seleção ou de não restrição/não seleção” (p. 9). Na restrição, o adjetivo apresenta características que alargam a compreensão do conceito denotado pelo substantivo. Na não restrição, o adjetivo explicita traços já presentes no substantivo, sejam eles veiculados na nomeação ou introduzidos pelo contexto.

Análise do corpus

Adjetivos adnominais argumentais (AAA)

Os AAA saturam uma posição temática aberta pelo substantivo com o qual se relaciona, ou seja, satisfazem exigências temáticas impostas pelo núcleo, por exemplo, pesquisa *bibliográfica*. Para identificar um adnominal argumental, além da análise da relação temática com o substantivo-núcleo, podem-se ainda observar duas outras propriedades: comutabilidade por expressão nominal e o fato de não aceitarem anteposição (NEGRÃO & MULLER, 2014).

Coincide com os argumentais o traço semântico de não restrição/não seleção, que explicita propriedades compreendidas na configuração sêmica da base substantival (chamadas de propriedades inerentes). Essas propriedades são veiculadas na nomeação do objeto, por exemplo, neve fria, ou selecionadas socioculturalmente, algumas delas

dependente do ato linguístico introduzido pelos contextos, por exemplo, ovelhas mansas, Deus eterno (FONSECA, 1993).

A seguir, duas chamadas de capa que apresentam esses adjetivos. A primeira trata da queda de popularidade da presidente em pesquisas, e resume as derrotas no congresso de medidas apoiadas pelo governo. A segunda descreve o cenário pessimista do Brasil.

Revista Veja. 15/07/2015. A insustentável leveza: sem apoio popular e do congresso, o governo Dilma flutua em um ambiente de incerteza, enquanto as suspeitas de corrupção chegam perigosamente perto do planalto.

*Revista Veja. 05/08/2015. A tempestade perfeita: inflação, dólar e juros nas alturas se combinam com a crise política. É o prenúncio de muitos meses de estagnação econômica e desemprego para os brasileiros.
Cenários: três caminhos para atravessar a tormenta. Só um leva ao céu azul.*

Aplicando as propriedades sugeridas por Negrão e Müller, os adjetivos sublinhados aceitam comutabilidade com expressão nominal (apoio do povo, crise da (na) política, estagnação da economia) e não admitem antecipação.

Os três sintagmas “sem apoio popular”, “crise política” e “estagnação econômica” têm em comum o fato de expressarem propriedades socioculturalmente dependentes. Quando um escritor seleciona um AAA, o grau de subjetividade do adjetivo tende a ser menor, justamente por se tratar de uma propriedade inerente ou explicitada pelo contexto. No entanto, nenhuma escolha é esvaziada de certo grau de subjetividade, observa-se que foram selecionados argumentais que focam aspectos negativos do governo. Ao longo dos oito meses, foram usados poucos adjetivos argumentais, o que sugere uma preferência pela adjetivação mais opinativa, já que os argumentais seriam os “mais isentos”.

O exemplo a seguir reporta o comportamento de quatro executivos da Construtora OAS, presos durante a operação Lava-Jato, que ameaçam delatar político corruptos. Lava-Jato é o nome de uma investigação realizada pela Polícia Federal do Brasil que buscou, a partir de 2014, apurar um esquema de lavagem de dinheiro. Na operação, cumpriram-se mandados de busca e apreensão, realizaram-se prisões temporárias, preventivas e conduções coercitivas. O nome Lava-Jato reporta ao uso de uma rede de lavanderias e postos de combustíveis para “lavar” os valores de origem ilícita.

Revista Veja 04/02/15. REAÇÃO EM CADEIA: Executivos presos revoltados com os políticos soltos. Empreiteiros ameaçando Lula e Dilma. São todos contra todos na fase decisiva da operação Lava-Jato.

Compreendem-se “presos” e “soltos” como AAA, aqui o núcleo nominal é saturado por um adjetivo que depende do contexto social. O jogo persuasivo é dado pelo contraste semântico *presos x soltos*. Quanto a “executivos presos”, não há novidade, desde que haja um crime. Entretanto, “políticos soltos” deveria ser algo comum. Na chamada, o fato de políticos estarem soltos é reconhecido como alvo da revolta dos executivos, sugerindo uma injustiça, uma vez que todos estão envolvidos em corrupção.

Adjetivos adnominais predicadores de núcleo (APN)

OS APN abrem posições saturadas com a participação do substantivo-núcleo; são eles próprios os elementos que impõem as exigências a serem satisfeitas (NEGRÃO & MÜLLER, 2004). Formam uma espécie de núcleo semântico. Embora o substantivo seja núcleo sintático, apresentam temática própria, alargando a compreensão do conceito. APN apresentam as seguintes propriedades: são parafraseados por sentença relativa; poderiam ser usados como predicativos do objeto; podem variar em grau (ex.: uma casa muito grande).

Assumem a função semântica de restrição/seleção, a fundamental do adjetivo (FONSECA, 1993), sendo que a restrição só ocorre em adjetivos pospostos. Por introduzirem notas que alargam a compreensão do conceito denotado pelo substantivo, estão envolvidos na construção da referência do complexo nominal.

Na chamada a seguir, a revista atenta para uma possível crise dentro do Partido dos Trabalhadores devido à prisão de dois tesoureiros.

Revista Veja. 22/04/2015. Espécie em extinção: dois tesoureiros presos, um ex-presidente acuado, uma presidente que terceirizou o poder, bancadas parlamentares envergonhadas e um escândalo atrás do outro. Nem o PT resiste.

Os adjetivos sublinhados são predicadores de núcleo porque atendem a propriedades elencadas por Negrão e Müller (2004): podem ser parafraseados por sentença relativa, um ex-presidente que está acuado/bancadas parlamentares que estão envergonhadas; poderiam ser usados como predicativo do objeto, eu considero o ex-presidente (as bancadas parlamentares) acuado (envergonhadas); e podem variar em grau, um ex-presidente muito acuado, bancadas parlamentares muito envergonhadas.

Todo o enunciado reflete a opinião da revista sobre o governo. O núcleo semântico deslocou-se para o adjetivo. Essa opção de adjetivação constrói imediatamente referências subjetivas de juízo de valor. Aqui a função semântica de restrição, conforme

orientações de Fonseca (1993), encontra-se em plena manifestação, pois o adjetivo está “envolvido na construção da referência do complexo nominal em que se integra” (p. 9).

O excerto a seguir tem como contexto a aliança política entre os partidos PT e PMDB. O presidente da Câmara (mandato 2015-2018), Eduardo Cunha, é selecionado, linguisticamente, em grau superlativo, como o político brasileiro mais poderoso.

Revista Veja. 25/03/2015. A súbita força de Eduardo Cunha: quem é o que pensa e qual é o jogo do presidente da Câmara dos deputados, que se tornou o político mais poderoso do país.

Um epíteto é considerado adnominal quando há justaposição imediata entre seus elementos constituintes. O traço definidor da atribuição é ausência de nexos verbal na relação do sintagma, nesta chamada, a justaposição permanece porque não atenta contra ela “a determinação quantitativa do adjetivo, envolvida ou não em construção comparativa ou superlativa” (FONSECA, 1993, p. 8).

A chamada sinaliza para o esvaziamento do poder da presidente. Desloca-se o poder da chefe do Estado para o chefe da Câmara, cuja conquista conferiu-se por meio do uso do pretérito perfeito (que se “tornou”), ou seja, se Eduardo Cunha teve méritos em sua “conquista”, Dilma “perdeu-os”. Concorda com esta análise Negrão & Müller et al. (2004). Para os autores, adjetivos chamados “comparativos irregulares” (como melhor, pior, maior, menor), quando expressam grau superlativo, só podem relacionar o seu primeiro argumento [Eduardo Cunha] à classe denotada pelo substantivo com o qual forma o nome complexo [políticos], resultando na interpretação: Eduardo Cunha é mais poderoso que qualquer outro político. Além de estar atualizado como APN, o adjetivo variou em grau superlativo de superioridade. Essa opção hipervalorizou o político, falando à emoção do leitor.

Inversão do epíteto

A chamada a seguir atenta para a nomeação de Joaquim Levy, à época, diretor-superintendente do Bradesco, como ministro da Fazenda.

Revista Veja. 07/01/2015. O PODER E O SABER: com eles juntos, temos uma chance de atravessar o tempestuoso 2015. Se duelarem, o Brasil perde.

O tópico frasal revela a aprovação da revista, por meio da catáfora “o saber”. A revista sugere que a presidente Dilma detém o poder, mas não o saber. Aqui a máxima do

“manda quem pode, obedece quem tem juízo” evolui para “manda quem tem juízo, obedece quem tem o poder”.

“Tempestuoso” concorda com 2015 (originalmente numeral), estando, portanto, subordinado. Contudo, a opção pela antecipação do epíteto traz consequências semântico-gramaticais. Em português, o artigo é um determinante que transforma qualquer classe de palavra em substantivo. A inversão do epíteto forma, pois, um termo híbrido (adjetivo substantivado), que perdeu parcialmente sua personalidade. Ou seja, apesar de o termo “tempestuoso” estar subordinado a “2015”, a posição antecipada retira-lhe o caráter eminentemente adjetival, já que os dois fatores gramaticais que servem para se reconhecer um adjetivo (subordinação e posição) opõem-se (COHEN, 1976).

Outra análise também pertinente diz respeito ao status desse adjetivo. Tomado formalmente como classe de palavra, na perspectiva de Negrão et al., temos um APN. Transpondo para o nível semântico, pode-se afirmar que, como predicador de núcleo, o adjetivo selecionado é saturado pelo substantivo, ou seja, o fato de ser tempestuoso (= muito agitado) se revela nuclear e “2015” torna-se apenas nome do ano.

Essa foi a primeira edição semanal da Veja depois que Dilma Rousseff assumiu o poder e já trazia o prenúncio daquela que seria a principal temática de 2015, as ações e repercussões da base governamental, com a camuflada opinião da revista sobre elas.

Quando substantivo e adjetivo trocam de posição, a diferenciação entre categorias complementares fica amortecida; enquanto no epíteto posposto conjuga-se a ação de vários fatores para o reconhecimento das categorias, sua inversão em português é de fraco reconhecimento, o que leva a uma desdiferenciação das partes componentes da mensagem, causando enfraquecimento das estruturas. O que pode não ser tão interessante na linguagem jornalística, já que a dissociação de fatores normalmente conjugados está mais associada à poesia (COHEN, 1976).

Entretanto, essa escolha se mostra estratégica. Repete-se essa mesma estrutura em outras edições da revista, como se pode observar nos excertos a seguir.

Revista Veja. 25/03/2015. A súbita força de Eduardo Cunha: quem é o que pensa e qual é o jogo do presidente da Câmara dos deputados, que se tornou o político mais poderoso do país.

Revista Veja. A insustentável leveza: sem apoio popular e do congresso, o governo Dilma flutua em um ambiente de incerteza, enquanto as suspeitas de corrupção chegam perigosamente perto do planalto.

Sobre essa estratégia, confirmando a preferência da revista pelos APN, que por si só já demonstram alto grau opinativo nas chamadas, atenta-se para o fato de esses APN virem atualizados em posição anteposta, o que reforça a hipótese de que a revista não deseja apenas informar, mas também formar opinião, persuadir.

[...] a incidência no valor denotativo do adjectivo provinda da anteposição se orienta para a redução, em graus diversos, do valor informativo, da função distintiva, intelectual, do epíteto. Esta afectação do conteúdo significativo do adjectivo carrega-se com a aquisição de conotações variadas, o que permite articular à anteposição a realização de valores afectivos, apreciativos (FONSECA, 1993, p. 13).

Neologismo

Ainda sobre a operação Lava-Jato, a revista seleciona para uma das edições o fato de ter havido um grampo que atrapalhou o rumo das investigações.

Revista Veja. 20/05/2015. Lava-Jato grampo: sabotagem ou negligência. Entenda as forças em jogo que podem minar o trabalho anticorrupção do juiz Moro.

Nesta chamada, o jornalista incorpora à base verbal um sufixo e um prefixo, formando um neologismo bastante utilizado pela mídia ao longo deste ano, a palavra “anticorrupção”. Entende-se por neologia a criação de novos termos e por neologismo o resultado desse processo. Os neologismos não são criados a partir do sistema linguístico, estando previstos por ele (VALENTE, 2011).

A criação neológica parte da combinação de elementos estruturais que se fundam nas necessidades sociais ou estilísticas de seus criadores. Como identificar um neologismo? O critério usual é verificar se a palavra é não dicionarizada ou se é recém-dicionarizada (HENRIQUES, 2011).

Dividem-se em neologismos vocabulares e neologismos semânticos. Os primeiros são considerados os verdadeiros neologismos, pois formam novos significantes, é o caso de “anticorrupção”, um caso de derivação. À base verbal “corromper”, foram acrescentados o sufixo *-ção*, bastante comum em português para formação de adjetivos e substantivos, e o prefixo *anti-*. O termo novo baseia-se na necessidade social de qualificar o trabalho contra agentes corruptos. O termo adjetivo criado tem traço restritivo, pois não explicita traços já presentes, mas alarga a compreensão do conceito. A escolha de palavras é de tal

modo peculiar que carece de caracterização por um termo que o sistema dispunha apenas virtualmente. Neologismos são, portanto, um forte indício do trabalho subjetivo.

Ainda sobre construções neológicas, temos os neologismos semânticos. Surgem a partir da figuração. Diferente dos vocabulares, não formam novos significantes, empregam significantes existentes de maneira atualizada. No enunciado a seguir, o sintagma “céu azul” aparece como neologismo semântico.

Revista Veja. 05/08/2015. A tempestade perfeita: inflação, dólar e juros nas alturas se combinam com a crise política. É o prenúncio de muitos meses de estagnação econômica e desemprego para os brasileiros.

Cenários: três caminhos para atravessar a tormenta. Só um leva ao céu azul.

O cenário político de agosto de 2015 parece atestar o que fora defendido durante todo o primeiro semestre pela *Veja*: com o crescimento da inflação e a alta do dólar e dos juros, parece não ser mais necessário atualizar adjetivos, pois os fatos falam por si.

No entanto, a revista ainda usa o adnominal predicador de núcleo “perfeita” para caracterizar a palavra “tempestade”, uma metáfora da crise pela qual passa o país. O traço semântico do adjetivo “perfeita” remete mais à caracterização positiva. Como está justaposto a um substantivo metaforizado por um cenário negativo, como o de uma tempestade, o seu uso aqui se justifica pela ironia, ou seja, dizer o contrário daquilo que se quer dar a entender para atingir algum efeito de sentido. O adjetivo “perfeita” revela que o entendimento de perfeição não se deve à crise, mas ao fato de a crise ir ao encontro das críticas que a própria revista vinha apresentando durante todo o primeiro semestre.

Defendendo o *impeachment* da presidente como o caminho mais certo, a chamada evoca a antítese “tempestade” × “céu azul”. O sintagma “céu azul”, quando descontextualizado, apenas atribui uma qualidade inerente à cor do céu. No enunciado, contudo, trata-se de uma inovação semântica que atribui novo significado a uma expressão conhecida. “Azul” remete à cor oposta à adotada pelo partido do governo (vermelho). O que se pode observar é uma intertextualidade discursiva com a expressão “sair do vermelho”, na chamada, significa tanto sair da crise, quanto sair do governo petista. Passagens como esta deixam claro o poder argumentativo do emprego do adjetivo.

Adjetivo predicador

Diferentemente da atribuição, a marca fundamental da predicação é o nexos verbal que intervém no estabelecimento da relação significativa entre o adjetivo e o substantivo

(FONSECA, 1993). Sua forma mais comum de construção é aquela dada por verbos copulares. Enunciados com adjetivo predicador parecem não fazer parte das preferências da revista, já que, ao longo do período estudado, foi identificada apenas uma ocorrência.

O enunciado a seguir destaca o projeto de redução da maioria penal de 18 para 16 anos no Brasil. Importante esclarecer que a base governamental apoiava a não aprovação deste projeto; a revista orienta seu texto para que seja aprovado, o que indiretamente reafirma sua posição contrária às posições do governo.

Revista Veja. 17/06/2015. Especial maioria penal: eles estupraram, torturaram, desfiguraram e mataram. Não ficar impunes?


Segundo Fonseca (1993), quando estruturalmente se escolhe a predicação, “o adjetivo é guinado a um estatuto de particular saliência e relevância, pois se apresenta como um elemento constitutivo de um segmento – o sintagma verbal – imprescindível para a boa formação do enunciado” (p. 16). Isso prova que o adjetivo em predicação, diferentemente do adjetivo em atribuição, age na construção sintática do enunciado. O fato de haver um número reduzido de construções predicativas reforça a hipótese de que a revista omite opinião, mas não escolhe fazê-lo expressamente; deseja criar uma atmosfera de imparcialidade, passível de ser construída com os adjetivos em atribuição, como já demonstrado, preferidos pela *Veja*.

Observando o conteúdo veiculado no enunciado, chama a atenção o fato de ser a única capa, das selecionadas, que não fala diretamente do governo ou dos escândalos de corrupção ao longo do primeiro semestre. Defende-se a redução da maioria penal com uso do adjetivo “impunes”, como se não houvesse nenhuma punição já estabelecida em lei para os menores infratores.

O trato dado pela revista à temática desvirtua estrategicamente a discussão. A seleção do adjetivo desvia o foco da argumentação sobre o porquê de se reduzir ou não a maioria penal para a condição: se não reduzir, ficarão impunes. Ou seja, o conteúdo semântico do adjetivo selecionado mais a estrutura predicativa sugerem a opinião da *Veja* sobre o tema: o projeto de redução da maioria penal precisa ser aprovado.

Considerações finais

Entre as muitas análises possíveis dentro do sistema linguístico, escolhemos observar o comportamento sintático e semântico dos adjetivos nas chamadas de capa da revista *Veja*. Ao longo do primeiro semestre de 2015, há ocorrência predominante de



adjetivos em atribuição, que, semanticamente, saturam a posição temática aberta pelo substantivo com que se relacionam (adnominais argumentais) ou são saturadas por eles (adnominais predicadores de núcleo); em ambos os casos, a palavra que funciona como núcleo semântico indicia opinião. Por constituírem referências subjetivas do nome, entre as quais o juízo de valor, a opção por adjetivos predicadores de núcleo faz com se possa perceber, com maior propriedade o grau de subjetividade impresso.


Sintaticamente, pode-se notar tanto uso de posição habitual do adjetivo (à direita do substantivo), quanto sua anteposição, com substantivação parcial do adjetivo, resultando em um termo híbrido, que perdeu parcialmente sua personalidade gramatical. Quando subordinação e posição opõem-se sob a ótica sintática, há consequências semântico-discursivas, visto que há redução do valor informativo.

Considerada a figura da paixão pelos retóricos, ouso recorrente do hipérbato, recorrente nas capas no período analisado, sugere persuasão no sentido aristotélico do termo. Embora a *Veja* se proponha, jornalisticamente, a apresentar fatos para convencer o leitor, linguisticamente o faz com escolhas que sugerem o desejo de se chegar à emoção. Entre as marcas linguísticas que embasam essa hipótese estão a inversão da posição entre substantivo e adjetivo e a preferência por adjetivos em atribuição predicadores de núcleo, uma delas, inclusive, em grau superlativo relativo de superioridade.

A seleção de adjetivos neológicos nos sintagmas “trabalho *anticorrupção*” (neologismo formal) e “céu *azul*” (neologismo semântico) são marcas linguísticas que também trazem indício de subjetividade por parte do escritor, porquanto revelam um trabalho intelectual de criação. O neologismo formal atualiza palavras no sistema linguístico e se justifica pela necessidade de criar novas demandas linguísticas, atendendo a novas demandas sociais. O neologismo semântico, materializado por figuras de linguagem, aproxima a linguagem jornalística da linguagem poética, novamente falando à emoção do leitor na tentativa de persuadi-lo, mais do que apenas convencê-lo.

Passando do sintagma nominal para o verbal, observou-se apenas um caso de adjetivo predicativo, que expressa, de maneira mais clara uma tomada de posição, por constituir termo sintático, e não apenas adjunto. É relevante tal opção sintática ocorrer justamente na chamada que não trata diretamente de uma crítica ao governo.

As capas selecionadas demonstram, através da presença sintático-semântica do adjetivo, o papel argumentativo desta classe de palavras. A análise linguística ajuda



também a desmascarar a “imparcialidade” defendida pela mídia. Como demonstrado, a partir das escolhas linguísticas, é possível apontar indícios ou até mesmo provas de partidarismo.

Tal análise, incomum entre a maioria dos leitores (uma vez que se deseja a informação e não a produção de artigos científicos), revela o desejo da revista pela persuasão, mais do que apenas por noticiar os fatos. Os adjetivos selecionados nas chamadas de capa, em sua maioria focados em aspectos negativos dos assuntos relativos à administração petista, ajudam a perceber o posicionamento tácito contrário ao governo, e, portanto, favorável ao *impeachment*.

Como é sabido, nenhuma escolha é esvaziada de certo grau de subjetividade, mas algumas delas escancaram julgamento, convencem, persuadem, de maneira sutil ou espessa. Nada obstante, o aspecto opinião *versus* imparcialidade deveria ser encarado menos como técnica e mais como ética jornalística.

Referências

COHEN, Jean. *Estrutura da linguagem poética*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1976.

FONSECA, Joaquim. *Estudos de sintaxe: semântica e pragmática do português*. Porto: Porto Editora, 1993.

GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CULTO FALADO NO BRASIL – Volume III. In: NEGRÃO, E. V.; MÜLLER A.; NUNES-PEMBERTON, G.; FOLTRAN, M. J. *Palavras de classe aberta*. São Paulo: Contexto, 2004.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

MANUAL DE REDAÇÃO. Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2007.

VALENTE, André. *Neologia na mídia e na literatura: percursos linguístico-discursivos*. Rio de Janeiro: Quartet, 2012.